



Número: **0810178-67.2020.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **5ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **26/04/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
CAMILA RODRIGUES SANTOS DA SILVA (AUTOR)		JUSCICLEIA DA SILVA CAVALCANTE (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
10910164	23/07/2020 08:15	Despacho	Despacho
9907262	26/05/2020 09:52	Certidão	Certidão
9902596	25/05/2020 23:24	Petição	Petição
9902599	25/05/2020 23:24	petição endereço	Petição
9401932	27/04/2020 11:34	Despacho	Despacho
9399434	26/04/2020 17:36	Certidão	Certidão
9399433	26/04/2020 17:35	Certidão	Certidão
9399167	26/04/2020 16:33	Petição Inicial	Petição Inicial
9399168	26/04/2020 16:33	PETIÇÃO INICIAL	Petição
9399170	26/04/2020 16:33	DOC. 01 PROCURAÇÃO	PROCURAÇÕES OU SUBSTABELECIMENTOS
9399171	26/04/2020 16:33	DOC. 02 CERT. NASCIMENTO	Documentos
9399172	26/04/2020 16:33	DOC. 03 - comp. endereço	Documentos
9399174	26/04/2020 16:33	DOC. 03 - RG CAMILA	Documentos
9399173	26/04/2020 16:33	Documento 05 - Boletim de Ocorrência	Documentos
9399175	26/04/2020 16:33	DOC. 06 - REL. DE ATENDIMENTO HOSPITALAR	Documentos
9399176	26/04/2020 16:33	DOC. 07 Indeferimento da seguradora	Documentos



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
5ª Vara Cível da Comarca de Teresina - secretaria
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0810178-67.2020.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro]
AUTOR: CAMILA RODRIGUES SANTOS DA SILVA
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Inicialmente, defiro os benefícios da gratuidade da justiça à parte requerente, visto que se encontram atendidos os pressupostos do art. 98 do CPC.

Ante as especificidades da causa, considerando a prorrogação das medidas referentes à pandemia que assola nosso País pela Portaria Nº 1986/2020 - PJPI/TJPI/SECPRE e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo para momento posterior a análise da conveniência da audiência de conciliação, nos termos do art. 139, VI, do CPC e em consonância com o Enunciado nº. 35 da ENFAM ("Além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo").

Cite-se a parte Ré para contestar no prazo de 15 (quinze) dias, devendo constar do expediente que a ausência de contestação implicará no decreto da revelia e na presunção de veracidade dos fatos elencados na petição inicial.

Expedientes necessários.

Cumpra-se.

TERESINA-PI, 22 de julho de 2020.

MARIA DAS NEVES RAMALHO BARBOSA LIMA
Juíza de Direito Titular da 5ª Vara Cível da Comarca de Teresina





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE DA 5ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA

Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0810178-67.2020.8.18.0140

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Seguro]

AUTOR: CAMILA RODRIGUES SANTOS DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO DE CONCLUSÃO

Certifico que, nesta data, faço a conclusão do presente processo para despacho/decisão/sentença.

TERESINA-PI, 26 de maio de 2020.

RAUL CESAR SANTOS SOUSA

Secretaria da 5ª Vara Cível da Comarca de Teresina



Assinado eletronicamente por: RAUL CESAR SANTOS SOUSA - 26/05/2020 09:53:29

<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052609525115400000009421870>

Número do documento: 20052609525115400000009421870

petição





AO JUÍZO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA - PI

Processo nº 0810178-6.2020.8.18.0140

MIGUEL RODRIGUES RIBEIRO, menor de idade, neste ato representado, por sua genitora, **CAMILA RODRIGUES SANTOS DA SILVA**, já devidamente qualificada nos autos supra, por sua procuradora que a esta subscreve, vem com devido respeito à presença de Vossa V. Exa., Informar que não possui residência própria, ambos moram em um conjunto de Quitinetes, cujo o aluguel inclui, água, luz e internet, sendo a titular dessas faturas a proprietária dos imóveis, senhora Maria Soares Ribeiro Nascimento, como pode ser conferido no comprovante ID 9399172

Dessa forma, fica claro que a declaração que consta nos autos (ID 9399172) é o único meio para provar sua residência, sendo assim pede que Vossa Excelência aceite essa prova, pois também é um meio de prova válido, uma vez que há assinatura do proprietário do imóvel, assumindo inteira responsabilidade pela declaração, sob pena de lei.

Termos em que

Pede e Espera deferimento

Teresina – PI, 25/05/2020

Juscicleia da Silva Cavalcante
ADVOGADA
OAB - PI nº 16200

Drª Juscicleia da Silva Cavalcante
telefone (86)94642366 /email-advogadaajuscicleia@gmail.com
Rua Jacob Martins, nº280, Bairro Santa Izida, Teresina - PI Cep 647020-900





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
5ª Vara Cível da Comarca de Teresina - secretaria
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0810178-67.2020.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro]
AUTOR: CAMILA RODRIGUES SANTOS DA SILVA

DESPACHO

Inicialmente, à Secretaria para retificar a autuação do processo, cadastrando os polos ativo e passivo da ação conforme a petição inicial.

Ato contínuo, intimação à parte autora, por meio de seu patrono, para juntar comprovante de residência idôneo que a relacione ao endereço indicado na petição inicial, tendo em vista que o juntado aos autos não demonstra qualquer ligação à mesma, no prazo de 05 (cinco) dias.

Cumpra-se.

TERESINA-PI, 27 de abril de 2020.

MARIA DAS NEVES RAMALHO BARBOSA LIMA
Juíza de Direito Titular da 5ª Vara Cível da Comarca de Teresina





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE DA 5ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA

Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0810178-67.2020.8.18.0140

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Seguro]

AUTOR: CAMILA RODRIGUES SANTOS DA SILVA

CERTIDÃO DE CONCLUSÃO

Certifico que, nesta data, faço a conclusão do presente processo para despacho/decisão/sentença.

TERESINA-PI, 26 de abril de 2020.

MANOEL BARBOSA DA SILVA ARAUJO
Secretaria da 5ª Vara Cível da Comarca de Teresina





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE DA 5ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA

Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0810178-67.2020.8.18.0140

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Seguro]

AUTOR: CAMILA RODRIGUES SANTOS DA SILVA

Certidão de Triagem

Certifico que, nesta data, realizei a triagem e constatei a regularidade da representação, não havendo pagamento das custas devido pedido de gratuidade a ser analisado, motivo pelo qual faço sua conclusão para despacho inicial.

TERESINA-PI, 26 de abril de 2020.

MANOEL BARBOSA DA SILVA ARAUJO
Secretaria da 5ª Vara Cível da Comarca de Teresina



petição inicial





**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO
DA ____ VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA – PI**

JUSTIÇA GRATUITA

MIGUEL RODRIGUES RIBEIRO, brasileiro, menor de idade, (Documento 02 – Documento do Menor), representado por sua genitora **CAMILA RODRIGUES SANTOS DA SILVA**, portadora do nº RG nº 3.128.627 e inscrito nº CPF 048.847.683-61, Documento 03 – Documento da Genitora) residente e domiciliado na Rua Rio Grande do Sul, nº 909, Bairro Piçarra, Teresina/ PI, não possui endereço eletrônico, vem, perante Vossa Excelência, através de suas advogadas, constituída no termos do instrumento de mandato em anexo (Documento 01 – Procuração), com fulcro na legislação civil vigente, propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT

Em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 09.248.608/000104, Código FIP: 03271, com endereço na Rua Senador Dantas nº 74, 5º Andar, Centro, CEP 20.031-205, Rio de Janeiro /RJ, pelas razões fáticas e jurídicas que passa explanar:

1. PRELIMINARES

.....
Rua Jacob Martins, nº 280, Bairro Santa Luzia, Teresina - PI
Telefone, (86) 994642366
E-mail: advogadajuscicleia@gmail.com



1.2 DA JUSTIÇA GRATUITA

O autor como também sua representante legal, não possui condições de pagar as custas e despesas do processo sem prejuízo próprio ou de sua família, conforme declaração de hipossuficiência anexa, (Documento 04) sob égide no Novo Código de Processo Civil, art. 98 e seguintes e pelo artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal. Desse modo, a autora faz jus à concessão da gratuidade de Justiça. Insta ressaltar que entender de outra forma seria impedir os mais humildes de ter acesso à Justiça, garantia maior dos cidadãos no Estado Democrático Direito.

1.3 DO INTERESSE DE AGIR

O requerente procurou obter o seguro pela via Administrativa. Enviou a documentação pelos correios, mas o seu processo foi indeferido. Apegando-se ao que diz a Constituição Federal, em seu artigo 5º, XXXV "A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito". Dessa forma, o requerente não precisa se submeter às vaidades administrativas das Seguradoras do Convênio DPVAT para ver atendido o seu direito legal.

Nesse caso, não há que suscitar a falta de interesse de agir, pois caracterizaria total desacordo com a Constituição Federal. Importante salientar que as Seguradoras conveniadas com o seguro DPVAT dificultam o pagamento pela a via administrativa solicitando vasta documentação para dificultar o acesso ao direito do segurado.

1.4 DO NEXO DE CAUSALIDADE

É incontestável a ocorrência do acidente de trânsito, uma vez que, o requerente juntou aos autos os documentos que comprovam o sinistro, com isso estabelece o nexo etiológico.

No que concerne aos danos sofridos pelo requerente, a invalidez permanente, está atestado no relatório de atendimento hospitalar.

2. DOS FATOS

.....
Rua Jacob Martins, nº280, Bairro Santa Luzia, Teresina - PI
Telefone, (86) 994642366
E-mail: advogadajuscicleia@gmail.com



O requerente sofreu acidente de trânsito, no dia 23 de Setembro de 2018, por volta das 08 horas, quando trafegava com seu genitor em uma moto, entre o povoado Cazusa e a cidade de Joselândia - MA, sendo socorrido por populares e levados para o Hospital Macrorregional de Urgência e Emergência de Presidente Dutra - MA, conforme o boletim de ocorrência. (Documento 05 – Boletim de Ocorrência).

O relatório de atendimento hospitalar, informa que o mesmo teve escoriações em região frontal, Glasgow 15, TCE, trauma contuso da coxa direita, dor e impotência funcional do MID, conforme os exames foi evidenciado fratura diáfise fêmur direito, diagnóstico de politrauma /TCE, fratura de mastoide direita (múltiplas contusões) otoliquorréia à direita (Documento 06).

Como é notório, o Seguro Obrigatório - DPVAT tem por finalidade dar proteção financeira às vítimas de acidente de trânsito, seja condutor, passageiro ou pedestre, compreendendo indenizações por morte, invalidez permanente, total ou parcial, e despesas de assistência médica e suplementar.

O requerente procurou obter o seguro de forma administrativa, enviando via correios os documentos necessários para a seguradora LÍDER, na qual, foi gerado o número do sinistro nº 3190019857, entretanto, o processo foi indeferido, (Documento 07 – Indeferimento), sob a justificativa de que a declaração do proprietário do veículo não estava conforme, sendo que a declaração exigida foi impresso no site da Ré, ou seja não havia motivo para a negatória do seguro. Portanto, o autor viu-se obrigado a procurar o judiciário para fazer cumprir seu direito.

03. DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Sucede que a invalidez permanente sofrida pelo requerente gerou para este o direito de receber o SEGURO DPVAT nos termos e

Rua Jacob Martins, nº280, Bairro Santa Luzia, Teresina - PI
Telefone, (86) 994642366
E-mail: advogadajuscicleia@gmail.com



fundamentos da Lei com posteriores alterações introduzida pela Lei 11.482/07.

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

*II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)
- no caso de invalidez permanente;*

No caso em tela, e conforme demonstrado, o requerente vem por meio deste, requerer os valores devidos do Seguro DPVAT, cujo valor para fins de indenização é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Concluindo, para fazer jus a tal indenização, o requerente vem ao final apresentar os documentos exigidos no art. 5º da lei 6.194 de 19 de dezembro de 1974, onde deverá ser efetuado o pagamento mediante simples prova de acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa. Eis o que diz o referido artigo:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PROPRIETÁRIOS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE (DPVAT). LEGITIMIDADE PASSIVA DE QUALQUER DAS SEGURADORAS. LEI N. 6.194/74. EXEGESE. DIREITO EXISTENTE MESMO ANTERIORMENTE À ALTERAÇÃO PROCEDIDA PELA LEI N. 8.441/92. O

Rua Jacob Martins, nº280, Bairro Santa Luzia, Teresina - PI
Telefone, (86) 994642366
E-mail: advogadajuscicleia@gmail.com



Seguro Obrigatório de responsabilidade civil de veículos automotores é exigido por lei em favor das vítimas dos acidentes, que são suas beneficiárias, de sorte que independentemente do pagamento do prêmio pelos proprietários, devida a cobertura indenizatória por qualquer das seguradoras participantes.

4. DOS PEDIDOS

ANTE O EXPOSTO, evidenciado o interesse e a ilegitimidade da parte autora para o ajuizamento da presente ação, bem assim a possibilidade jurídica do pedido e preenchidos todos requisitos da petição inicial, previsto no artigo 319 do Código de Processo Civil. Requer:

- a) Nos termos da Lei 1.060/50 e Art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil, a concessão de GRATUIDADE DE JUSTIÇA, eis que o requerente é pessoa pobre, na verdadeira conceituação do tema e não possui condições de prover o andamento do processo sem detrimento próprio ou de sua família;
- b) O recebimento da presente Ação, autuada e conforme art. 246 inc. I do Código de Processo Civil, determine a citação da Requerida para, querendo, no prazo legal, contestar a presente demanda, sob pena de revelia nos termos do art. 344 do CPC;
- c) Conforme previsão no Art. 319 VII do Código de Processo Civil, a parte autora desde já manifesta que não possui interesse na realização de audiência de Conciliação;
- d)) Se digne Vossa Excelência em nomear perito, conforme art. 465 do Código de Processo Civil, a fim de que em conjunto com os documentos carreados aos autos, se quantifique o real valor devido ao autor a título de indenização DPVAT.

Rua Jacob Martins, nº280, Bairro Santa Luzia, Teresina - PI
Telefone, (86) 994642366
E-mail: advogadajuscicleia@gmail.com



- e) Seja determinado a inversão do ônus da prova, bem como, a exibição do processo administrativo onde a parte autora requereu o pagamento da indenização securitária, nos termos do art. 373, §1º e art. 396 do CPC;
- f) A procedência da ação de cobrança em todos os seus termos, condenando a requerida a pagar o valor correspondente ao dano sofrido pelo requerente que pode ser de até 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), oriunda do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestres – DPVAT, e a correção monetária a partir da data do evento danoso, conforme a súmula 580 do STJ;
- g) Seja a requerida condenada ao pagamento de custas judiciais e honorários advocatícios a serem arbitrados por Vossa Excelência;
- h) Requer ainda, a produção de todos os meios de provas admitidas em lei, especialmente prova, documental e outras que se fizerem necessárias no decorrer da instrução processual;

Dá-se à presente causa o valor de 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Termos que pede deferimento
Teresina/ PI, 15 de Abril de 2019

JUSCICLEIA DA SILVA CAVALCANTE
OAB/PI 16200

Rua Jacob Martins, nº280, Bairro Santa Luzia, Teresina - PI
Telefone, (86) 994642366
E-mail: advogadajuscicleia@gmail.com



Rua Jacob Martins, nº280, Bairro Santa Luzia, Teresina - PI
Telefone, (86) 994642366
E-mail: advogadajuscicleia@gmail.com



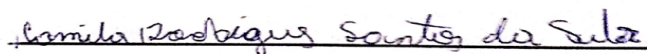
PROCURAÇÃO “AD JUDICIA ET EXTRA”

OUTORGANTE: Camila Rodrigues Santos da Silva, brasileira, solteira, portador da Carteira de Identidade de nº 3.128.627 SSP/PI, inscrito no CPF de nº 048.847.683-61, residente e domiciliado na Rua Rio Grande do Sul, nº 909, Bairro Piçarra, Teresina/ PI.

OUTORGADO(s): JUSCICLEIA DA SILVA CAVALCANTE, brasileira, solteira advogada inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Piauí, sob o nº 16.200, com endereço profissional na rua Jacob Martins, nº 280, Bairro Santa Luzia, Teresina - PI.

PODERES: Pelo presente instrumento particular de procuração, o Outorgante nomeia e constitui sua bastante procuradora e advogada, a supracitada, a quem confere amplos poderes para o foro em geral, que poderão ser exercidos em qualquer Juízo, Instância, Tribunal, inclusive os Superiores, e/ou no Supremo Tribunal Federal, podendo propor contra quem de direito a(s) Ação(ões) adequada(s). E defendê-la na(s) contrária(s), seguindo umas e outras até final decisão. Conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, passar recibo e receber citação, e assinar declaração de hipossuficiência econômica, conforme estabelecido no Art. 105 do Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015). Agindo em conjunto ou separadamente, bem como substabelecer esta a outrem com ou sem reservas de iguais poderes. Que esses poderes estão contidos na cláusula “**Ad Judicia**” e “**Et Extra**”, nos termos do que preceitua o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil - Lei 8.906/94. Dando tudo por bom, firme e valioso.

Teresina – PI, 16 de Abril de 2020.



Outorgante





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

NOME
MIGUEL RODRIGUES RIBEIRO

MATRÍCULA
077925 01 55 2016 1 00076 234 0031094- 27
(LIVRO A: 76 TERMO: 31094 FOLHA: 234)

DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO

QUATORZE DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS

DIA MÊS ANO
14 01 2016

HORA MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO

16:10 BOM JESUS-PI

MUNICÍPIO DE REGISTRO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO

BOM JESUS-PI

LOCAL DE NASCIMENTO

HOSPITAL "SOUSA SANTOS" NESTA CIDADE

SEXO

MASCULINO

FILIAÇÃO

CAMILA RODRIGUES SANTOS DA SILVA
RAILON SOUZA RIBEIRO

AVÓS

ARLENE RODRIGUES SANTOS DA SILVA
FRANCINETE DA SILVA SOUZA
REGINALDO RIBEIRO

GÊMEO NOME E MATRÍCULA DO(S) GÊMEO(S)

NÃO SEM INFORMAÇÃO

DATA DO REGISTRO POR EXTENSO

VINTE E CINCO DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS

Nº DA DECLARAÇÃO DE NASCIDO VIVO
30697205586

OBSERVAÇÕES/ AVERBAÇÕES

SEM INFORMAÇÃO

NOME DO OFÍCIO: 2º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL

OFICIAL(A): IVONE FELÍCIO BORGES PIAULINO

MUNICÍPIO: BOM JESUS-PI

ENDEREÇO: RUA TABELIÃO RAIMUNDO JOSÉ ROCHA Nº 576A CENTRO

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Data e local: BOM JESUS, PI, 25 de Fevereiro de 2016.

Michela Maia Camelo
Assinatura do Oficial

Michela Maia Camelo
Escritor



ARPENBRASIL AA 000646306 BRP



NOME/ENDEREÇO
MORADOR MARIA SOARES RIBEIRO NASCIMENTO
RUA RIO GRANDE DO SUL, 909-PICARRA-TERESINA-PI-cep: 64001550

LOCALIZAÇÃO 001-00019-000280 GRUPO 001 NÚMERO DO HIDRÔMETRO A10X128906

HISTÓRICO DE CONSUMO
MÊS/ANO TIPO LIDO FATURADO
02/2020 Lido 19 19
01/2020 Mínimo 09 10
12/2019 Lido 12 12
11/2019 Lido 12 12
10/2019 Lido 15 15
09/2019 Lido 15 15

ECONOMIAS - CATEGORIAS / TIPO TARIFA
1 Residencial - Normal

DATA LEITURA
ANTERIOR 03/02/2020 1197
ATUAL 03/03/2020 1221

CONSUMO MÊS M3 24

LEI 12.741/2012
PIS. PASEP 200,80 x 1,65% = 3,31
COFINS 200,80 x 7,60% = 15,26

TABELA DE TARIFAS

RESIDENCIAL	FAIXA DE CONSUMO R\$/M3 E (%)	DESCRIÇÃO	REF.	VALOR
1	0 - 10 3,0660 80	VALOR REFERENTE AGUA - 110,63		
2	10 - 25 5,7120 80	> Residencial-Normal 24,0 m3		110,63
3	25 - 999999 9,8610 80	VALOR DE ESGOTO - 88,50		
		> Residencial-Normal 24,0 m3		88,50
		JUROS POR ATRASO 001/001		0,52
		MULTA POR ATRASO 001/001		1,15

NÃO RESIDENCIAL
FAIXA DE CONSUMO R\$/M3 E (%)

VENCIMENTO 13/03/2020 TOTAL A PAGAR 200,80

IRREGULARIDADES / ANORMALIDADES

NOSSOS ARQUIVOS ACUSA(M) 1 DEBITO(S). ATENCAO - SUJEITO A CORTE.
PROCURE A LOJA DE ATENDIMENTO.

NOTIFICAÇÃO

Após 30 dias do vencimento, o não pagamento desta fatura ocasionará a suspensão dos serviços, conforme Leis Federais nº. 11.445/2007, Art. 40, inciso V e nº. 8.987/95, Art. 6º, §3º, inciso II.

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E QUÍMICAS DA ÁGUA DISTRIBUÍDA (PRC Nº 5, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017, ANEXO XX)

PARÂMETROS	AMOSTRAS REALIZADAS	AMOSTRAS EM CONFORMIDADE	AMOSTRAS EM DESCONFORMIDADE	MÉDIA / MÊS	VALOR PERMITIDO
COLORÍMETRO	2926	2914	12	1,38	0,2-5,0 mg/L
COR APARENTE	3141	3089	52	4,90	Inferior a 15
PH	2033	1958	75	6,58	6,00-9,50
TURBIDEZ	3144	3043	101	1,88	Inferior a 5
COLIFORMES TOTAIS					

CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS DA ÁGUA DISTRIBUÍDA (PRC Nº 5, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017, ANEXO XX)

PARÂMETROS	AMOSTRAS REALIZADAS	AMOSTRAS EM CONFORMIDADE	AMOSTRAS EM DESCONFORMIDADE	MÉDIA / MÊS	VALOR PERMITIDO
ESCHERICHIA COLI	1252	1252	0	Ausente	Ausente
	1252	1252	0	Ausente	Ausente

DATA DA EMISSÃO: 03/03/2020 HORA DA EMISSÃO: 10:42

Declaração de Residência

Eu Maria do Socorro Ribeiro Nascimento, Inscrito no CPF
n° 340.747.403-20, e no RG n° 816.760, SSP PI,
DECLARO para fins de comprovação de residência, sob as penas da lei, (art. 2° da lei 7.115/83),
que a Sra. CAMILA RODRIGUES SANTOS DA SILVA, brasileira, solteira, lavradora, inscrita no
CPF N° 048.847.683-61 e RG N° 3.128.627-SSP-PI, é residente e domiciliada no
endereço Rua Rio Grande do Sul 909, Bairro Picaçú, Teresina-PI de
minha propriedade, por vínculo de aluguel desde 8/1/20, até os dias atuais.

Por ser a expressão da verdade, assumindo inteira responsabilidade pelas declarações
acima sob as penas da lei.

Teresina-PI, 30/03/2020

Maria do Socorro Ribeiro Nascimento
DECLARANTE

Scanned with CamScanner





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL	3.128.627	DATA DE EXPEDIÇÃO	18/01/08
NOME	CAMILA RODRIGUES SANTOS DA SILVA		
FILIAÇÃO	ARLENE RODRIGUES SANTOS DA SILVA		
NATURALIDADE	BOM JESUS-PI		
DATA DE NASCIMENTO	06/12/1988		
DOC. ORIGEM	CERT. NASC. 26385 L 67 F 176V		
TERESINA - PI	EXP BOM JESUS-PI 19/09/07		
ASSINATURA DO DIRETOR			
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83			







POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE POLÍCIA GERAL
SUPERINTENDENCIA DE POLÍCIA CIVIL DO INTERIOR
13ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL - PRESIDENTE DUTRA/MA
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE JOSELÂNDIA-MA
Av. Duque de Caxias s/n, centro-Joselândia-MA

BOLETIM DE OCORRENCIA N 128/NOVEMBRO/2018.

DATA DO REGISTRO: 13/11/2018
NATUREZA DA OCORRENCIA: ACIDENTE DE TRANSITO
DATA DA OCORRENCIA: 23/09/2018 AS 08:00HS
LOCAL DA OCORRENCIA: ESTRADA QUE LIGA O POVOADO CAZUZA A CIDADE DE JOSELÂNDIA-MA CIDADE:
JOSELÂNDIA ESTADO:MA

COMUNICANTE:

NOME: CAMILA RODRIGUES SANTOS DA SILVA SEXO: FEMININO
ESTADO CIVIL: CONVIVENTE NATURALIDADE: BOM JESUS-PI
NASCIDO EM: 06/12/1988 RG:3.128.627 CPF:048.847.683-61
FILIAÇÃO PAI: *****
FILIAÇÃO MÃE: ARLENE RODRIGUES SANTOS DA SILVA
ENDEREÇO: AVENIDA TANCREDO NEVES, S/N, CENTRO, CEP 65755-000
CIDADE: JOSELÂNDIA ESTADO:MA

VÍTIMA:

NOME: MIGUEL RODRIGUES RIBEIRO SEXO: MASCULINO
ESTADO CIVIL: SOLTEIRO NATURALIDADE: BOM JESUS-PI
NASCIDO EM: 14/01/2016 RG:***** CPF:*****
FILIAÇÃO PAI: RAILON SOUZA RIBEIRO
FILIAÇÃO MÃE: CAMILA RODRIGUES SANTOS DA SILVA
ENDEREÇO: AVENIDA TANCREDO NEVES, S/N, CENTRO, CEP 65755-000
CIDADE: JOSELÂNDIA ESTADO:MA

RELATO DA OCORRENCIA

ÀS 18:00 MIN HORAS DE HOJE 13 DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO (2018), COMPARECEU A ESTA DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL, A Sra. CAMILA RODRIGUES SANTOS DA SILVA, ACIMA DESCRITA, COMUNICANDO QUE NO DIA 23 DE SETEMBRO DE 2018, POR VOLTA DAS 08:00MIN, SEU FILHO, A CRIANÇA MIGUEL RODRIGUES RIBEIRO TRAFEGAVA COM SEU GENITOR, O SENHOR RAILON DE SOUZA RIBEIRO, NA GARUPA DA MOTOCICLETA DE MARCA/MODELO: HONDA/CG 150 EX, DE PLACA: OIV 3382, DE COR: PRETA, ANO/MOD: 2012/2012, CHASSI: 9C2KC1660CR553624, RENAVAM: 00495366188, REGISTRADO EM NOME DE MARIA DE JESUS RIBEIRO, VINDO DO POVOADO CAZUZA EM DIREÇÃO A CIDADE DE JOSELÂNDIA, PARA SUA CASA, ONDE RESIDE; QUE, AO DESVIAR-SE DE UM VEÍCULO ESTACIONADO NA ESTRADA, ACABOU PERDENDO O CONTROLE E VEIO AO CHÃO, FORAM SOCORRIDOS POR POPULARES, O PAI DA CRIANÇA, SENHOR RAILON SOUZA RIBEIRO, NÃO TEVE FERIMENTOS GRAVES, MAS SEU FILHO, MIGUEL RODRIGUES RIBEIRO TEVE ALGUNS FERIMENTOS, FOI SOCORRIDO POR POPULARES(JUNTAMENTE COM SEU PAI) E LEVADO PARA O HOSPITAL MACRORREGIONAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DE PRESIDENTE DUTRA-MA, ONDE SEGUNDO CONSTA NO RELATÓRIO DE ATENDIMENTO HOSPITALAR: O PACIENTE MIGUEL RODRIGUES RIBEIRO, COM PRONTUÁRIO 190974, DEU ENTRADA NESTE HOSPITAL EM 23/09/2018, A PEDIDO DO INTERESSADO: INFORMA QUE SOFREU ACIDENTE DE MOTO (SIC), APRESENTANDO ESCORIAÇÕES EM REGIÃO FRONTAL, GLASGOW 15, TCE, TRAUMA CONTUSO DA COXA DIREITA, DOR E IMPOTÊNCIA FUNCIONAL DO MID. FORAM REALIZADOS TODOS OS EXAMES ADMISSIONAIS QUE EVIDENCIARÃO FRATURA DIÁFISE DO FÊMUR DIREITO. FOI ENCAMINHADO AO CENTRO CIRÚRGICO PARA REALIZAÇÃO DE OSTEOSSÍNTESE E REPOSICIONAMENTO. PROCEDIMENTO REALIZADO POR DR. JOÃO MAURÍCIO, CRM 6372. RECEBEU ALTA EM 27/09/2018, CO ORIENTAÇÃO PARA ACOMPANHAMENTO AMBULATORIAL.
CID-10: S 72

AS INFORMAÇÕES ACIMA DESCRITAS SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DO COMUNICANTE E TESTEMUNHAS.

Scanned by CamScanner





POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE POLÍCIA GERAL
SUPERINTENDENCIA DE POLÍCIA CIVIL DO INTERIOR
13ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL - PRESIDENTE DUTRA/MA
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE JOSELÂNDIA-MA

COMUNICANTE: X Camilo Prodrigues Santos da Silva

RODRIGO DANIEL ANDRADE SANTOS
INVESTIGADOR DE POLÍCIA CIVIL
MAT 2399913

JOSELÂNDIA 13 DE NOVEMBRO DE 2018.

Scanned by CamScanner



**HOSPITAL MACRORREGIONAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DE
PRESIDENTE DUTRA-MA**



RELATÓRIO DE ATENDIMENTO HOSPITALAR

O paciente **Miguel Rodrigues Ribeiro**, com nº de prontuário **190974**, deu entrada neste hospital em 23/09/2018, a pedido do interessado: informa que sofreu acidente de moto (SIC), apresentando escoriações em região frontal, glasgow 15, TCE, trauma contuso da coxa direita, dor e impotência funcional do MID. Foram realizados todos os exames admissionais que evidenciaram fratura diáfise do fêmur direito.

Foi encaminhado ao centro cirúrgico para realização de osteossíntese e reposicionamento. Procedimento realizado por Dr. João Maurício, CRM 6372.

Recebeu alta em 27/09/2018, com orientação para acompanhamento ambulatorial.

CID-10: S 72

Presidente Dutra - MA, 28/09/2018.

Sérgio Augusto S. Paredes Moreira
Diretor Clínico
CRM - 9340
H.M.U.E.P.D.

Rua Honorato Gomes, S/N - Centro
CEP: 65760-000

Presidente Dutra-MA

Scanned by CamScanner



P de cirurgia Geral:-

Paciente ótimo de quadro de ruído
hoje bh. No momento ativo, reativo
e comunicativo. Apresentando abdome
flácido e mole. Realizou US (dentro
do normalidade).

Ed: No momento sem contato
pelo cirurgião geral

Dr. Renato
CRM-MA: 8893
CPF: 001.111.111-11

NCR

Onde de modo 4/TE

CT cefalo - normal

CP: ALTA DA VEIO

Sérgio L. V. Fernandes
NEUROLOGIA
CRM-MA: 8893



HOSPITAL MACROREGIONAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DE PRESIDENTE DUTRA - MA

Nº PRONT.
190974

GUIA DE ATENDIMENTO

Alta 27/09/18 11:02:59
23/09/2018

MÉDICO

DADOS DO PACIENTE

NOME MIGUEL RODRIGUES RIBEIRO

DN 14/01/2016 ID 2 SUS 898 0049 4685 0629

PAI RAILON DE SOUSA RIBEIRO

EST. CIVIL SOLTEIRO

MÃE CAMILA RODRIGUE SANTOS DA SILVA

COR PARDA

SEXO M

ENDEREÇO POV.SERRINHA

TEL

N/INFORMADO

CIDADE JOSELANDIA

BAIRRO ZONA RURAL

NATURALIDADE BOM JESUS-PI

Resp.

Camila Rodrigues Santos da Silva Ass. Recepcionista: J. M. e. e.

Nível de consciência:

Acordado

Escala de dor:

Doenças pré-existentis:

Queixa:

Queda de moto

Medicamentos em uso:

Alergias:

Avaliação:

pediatria

Obs.:

Peso Aprox.:

P.A.:

F.C.:

TEMP.:

SAT O2:

HGT:

Classificação de Risco:

☐ AZUL

☐ VERDE

☐ AMARELO

☐ VERMELHO

ENFERMEIRO:

CURATIVO

SUTURA

COREN 344.444

IMOBILIZAÇÃO:

MS

MI

PARACENTESE ABDOMINAL

TAMPONAMENTO NASAL

RETIRADA DE FIXADOR

RETIRADA DE FIO DE KIRSCHNER

Paciente de 2 anos vítima de acidente de moto. Escorrido joelho frontal Glasgow 15. Hematoma volumoso na coxa D.

CAS - Avaliação por Cirurgião

- " -

- " -

Ortopedia

Neurocirurgia

- HC. Grupo Sanguíneo e Rh, E52

- US de Abdome Total - Rx Simples Abdome

- CT do Crânio



Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 16 de Julho de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190019857

Vítima: MIGUEL RODRIGUES RIBEIRO

Data do Acidente: 23/09/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), CAMILA RODRIGUES SANTOS DA SILVA

Informamos que não recebemos a documentação complementar solicitada necessária à análise do pedido do Seguro DPVAT.

Como o prazo de 180 (cento de oitenta) dias concedido para a entrega dos documentos terminou, o seu pedido foi cancelado.

Para a reabertura do pedido do Seguro DPVAT, retorne ao ponto de atendimento onde o seu processo foi iniciado para apresentar os documentos já solicitados.

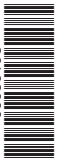
Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 00205/00206 - carta_16 - INVALIDEZ

00030103



Carta nº 14571451

